



Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV



Código	PCPR-DL-2201-5110
Questões	20
Tempo sugerido	60 minutos
Dificuldade	Padrão FGV (N2)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	4	01 a 04
Direito Processual Penal	4	05 a 08
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	4	09 a 12
Direito Constitucional	2	13 a 14
Direito Administrativo e Gestão Pública	2	15 a 16
Legislação Estadual e Institucional	2	17 a 18
Direitos Humanos	1	19 a 19
Ciências Forenses	1	20 a 20

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

**Direito Penal****Questão 01**

Encerrada a instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso requereu, em alegações finais, a condenação de João nas penas de crime contra a dignidade sexual, praticado em detrimento de sua enteada, então com treze anos de idade, com o objetivo de controlar o seu comportamento social. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João praticou o crime de

- (A) estupro de vulnerável, na modalidade simples, com uma agravante, a ser valorada na segunda fase da dosimetria da pena, e uma causa de aumento de pena, a ser sopesada na terceira etapa do processo dosimétrico.
- (B) estupro, na modalidade qualificada, com uma agravante, a ser valorada na segunda fase da dosimetria da pena, e uma causa de aumento de pena, a ser sopesada na terceira etapa do processo dosimétrico.
- (C) estupro de vulnerável, na modalidade simples, com duas causas de aumento de pena, a serem valoradas na terceira fase da dosimetria da pena.
- (D) estupro de vulnerável, na modalidade qualificada, com duas causas de aumento de pena, a serem valoradas na terceira fase da dosimetria da pena.
- (E) estupro, na modalidade qualificada, com duas causas de aumento de pena, a serem valoradas na terceira fase da dosimetria da pena.

Questão 02

De acordo com o Art. 327, §2º, do Código Penal, “A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público”. Na hipótese dos agentes que se enquadram na situação do Art. 327, §1º, do Código Penal (“Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública”), a mencionada causa de aumento de pena:

- (A) não deve incidir, pois os próprios elementos do tipo não podem ser utilizados para majoração da pena;
- (B) deve incidir, desde que o agente tenha praticado o fato no exercício do cargo;

- (C) não deve incidir, pois a majoração da pena fica reservada para quem é ocupante de cargo efetivo;
- (D) deve incidir, desde que o agente permaneça no exercício do cargo quando do julgamento;
- (E) não deve incidir, pois a majoração da pena destina-se a quem já ocupava cargo distinto daquele em comissão.

Questão 03

Durante uma caçada em área rural onde a atividade era autorizada, Renato percebeu movimento atrás de um arbusto e, supondo tratar-se de um javali, disparou sua espingarda. O alvo era Vítor, outro caçador, que morreu em razão do disparo. Apurou-se que Renato não tomou a cautela mínima de identificar o alvo antes de atirar, providência que qualquer caçador diligente teria adotado.

Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Renato responde por homicídio culposo, pois o erro evitável sobre elemento do tipo exclui o dolo, mas permite a punição por culpa.
- (B) Renato responde por homicídio doloso, com dolo eventual, pois assumiu o risco de atingir alguém ao disparar sem ver o alvo.
- (C) Renato é isento de pena, porque agiu em erro de proibição inevitável quanto à licitude da caça.
- (D) Renato não responde por crime, pois o erro sobre elemento constitutivo do tipo exclui o dolo e, por consequência, também a culpa.
- (E) Renato responde por homicídio culposo, com a pena diminuída de um sexto a um terço, por se tratar de erro evitável.

**Questão 04**

Lúcio entrou em uma loja de conveniência e, aproveitando a distração do atendente, colocou no bolso dois aparelhos de som portáteis. Já na calçada, foi abordado pelo segurança, que o havia visto pelas câmeras. Para não ser preso e manter os objetos consigo, Lúcio desferiu um soco no segurança e fugiu correndo com os aparelhos.

A conduta de Lúcio configura

- (A) furto consumado em concurso material com lesão corporal, pois a violência ocorreu depois da subtração.
- (B) roubo próprio, pois a violência contra a pessoa integrou a subtração desde o início.
- (C) extorsão, pois a violência foi empregada para manter vantagem econômica indevida.
- (D) roubo impróprio, pois empregou violência logo após a subtração, para assegurar a detenção da coisa.
- (E) furto tentado seguido de lesão corporal, pois a vigilância por câmeras tornava impossível a consumação.

Direito Processual Penal**Questão 05**

Concluído o inquérito policial que apurou crime cuja pena máxima cominada é de três anos de detenção, sem nenhuma circunstância que atraia regra especial de processamento, o Ministério Público ofereceu denúncia perante a vara criminal.

Nos termos do Código de Processo Penal, o processo seguirá o procedimento comum

- (A) ordinário, porque a pena privativa de liberdade máxima cominada é superior a dois anos.
- (B) sumaríssimo, porque o crime é apenado com detenção.
- (C) sumaríssimo, porque a pena máxima cominada não ultrapassa quatro anos.
- (D) ordinário, porque o rito sumário é reservado às contravenções penais.
- (E) sumário, porque a pena privativa de liberdade máxima cominada é inferior a quatro anos.

Questão 06

Cristiano é servidor público do Tribunal Regional do Trabalho há mais de 10 anos e, no exercício de suas funções, foi vítima de crime contra a honra praticado por Rodrigo, um jurisdicionado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) a ação penal somente poderá ser ajuizada por Cristiano, mediante queixa-crime.
- (B) a ação penal privada somente poderá ser ajuizada pelo Ministério Público, uma vez que Cristiano é funcionário Público e estava no exercício de suas funções.
- (C) a ação penal é pública e incondicionada.
- (D) Cristiano não poderá apresentar queixa-crime.
- (E) Cristiano, mediante queixa-crime, e o Ministério Público, mediante representação do ofendido, possuem legitimidade concorrente.

Questão 07

O juiz de uma vara criminal rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra Paulo, por entender ausente a justa causa para o exercício da ação penal. O crime imputado não é de menor potencial ofensivo.

Contra essa decisão, o Ministério Público poderá interpor

- (A) apelação, no prazo de cinco dias.
- (B) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
- (C) recurso em sentido estrito, no prazo de quinze dias.
- (D) apelação, no prazo de dez dias, regra aplicável à rejeição da denúncia em qualquer procedimento.
- (E) correição parcial, por se tratar de decisão que tumultua o andamento do processo.

**Questão 08**

Ao concluir o inquérito policial instaurado para apurar suposto furto, o delegado de polícia convenceu-se de que o fato não constitui infração penal, porque o bem supostamente subtraído pertencia ao próprio investigado.

Nessa situação, o delegado de polícia

- (A) pode determinar o arquivamento do inquérito, por se tratar de fato atípico, comunicando a decisão ao Ministério Público.
- (B) deve arquivar o inquérito e cientificar a vítima, que poderá recorrer à chefia de polícia no prazo de trinta dias.
- (C) deve suspender o inquérito até que o Ministério Público se manifeste sobre a tipicidade do fato.
- (D) deve elaborar relatório minucioso do que foi apurado e remeter os autos, pois não pode mandar arquivar o inquérito.
- (E) pode arquivar o inquérito somente depois de ouvir o investigado, em respeito ao contraditório.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante**Questão 09**

Sobre a remição de pena pelo trabalho e pelo estudo, nos termos da Lei de Execução Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pelo estudo, desconta-se um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, em no mínimo três dias.
- (B) A remição pelo trabalho só é admitida ao condenado que cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado.
- (C) A contagem pelo trabalho é de um dia de pena a cada dois dias trabalhados.
- (D) Em caso de falta grave, o juiz deve revogar a totalidade dos dias remidos.
- (E) O tempo remido não é computado como pena cumprida, servindo apenas para a concessão de benefícios.

Questão 10

Larissa, primária e de bons antecedentes, foi presa em flagrante transportando pequena quantidade de cocaína destinada à venda. A investigação não reuniu elemento algum indicando que ela se dedicasse a atividades criminosas ou integrasse organização criminosa.

Condenada pelo crime do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, Larissa

- (A) pode ter a pena reduzida de um sexto a dois terços, por preencher os requisitos do tráfico privilegiado.
- (B) não tem direito à redução, porque a causa de diminuição só se aplica a quem porta droga sem finalidade de venda.
- (C) tem direito à redução, mas o crime continua equiparado a hediondo para fins de progressão de regime.
- (D) tem direito à redução apenas se confessar espontaneamente a autoria, requisito expresso da lei.
- (E) pode ter a pena reduzida de um terço a dois terços, por preencher os requisitos do tráfico privilegiado.

Questão 11

Durante investigação de organização criminosa conduzida pela Polícia Civil, um dos investigados manifestou interesse em colaborar com a apuração. O delegado de polícia responsável negociou com ele, nos autos do inquérito, um acordo de colaboração premiada.

Nos termos da Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que

- (A) somente o Ministério Público pode celebrar o acordo, cabendo ao delegado apenas representar pela sua realização.
- (B) o acordo dispensa homologação judicial quando celebrado ainda na fase de inquérito.
- (C) o juiz deve participar das negociações, para assegurar a voluntariedade do colaborador.
- (D) o delegado pode celebrar o acordo, com manifestação do Ministério Público, e o juiz não participa das negociações.
- (E) as declarações do colaborador bastam, por si só, para fundamentar a sentença condenatória.

**Questão 12**

Em investigação sobre lavagem de dinheiro, ficou demonstrado que os valores ocultados provinham de tráfico de drogas. O autor do tráfico, porém, ainda não foi identificado, e não há processo instaurado pelo crime antecedente.

Sobre essa situação, nos termos da Lei nº 9.613/1998, assinale a afirmativa correta.

- (A) A denúncia por lavagem só pode ser oferecida depois da condenação definitiva pelo crime antecedente.
- (B) A lavagem só é punível se o autor do crime antecedente for identificado e culpável.
- (C) A competência é da Justiça Federal, porque o crime antecedente é o tráfico de drogas.
- (D) Sem processo pelo crime antecedente, o fato configura apenas receptação.
- (E) O processo pela lavagem independe do processo do crime antecedente, bastando indícios de sua existência.

Direito Constitucional**Questão 13**

Joana nasceu em território chinês quando seus pais, Marie, dinamarquesa naturalizada brasileira, e Johan, de nacionalidade alemã, trabalhavam em uma multinacional italiana ali instalada. Quando Joana completou 10 (dez) anos de idade, sua mãe perdeu a nacionalidade brasileira, o que se deu com estrita observância da sistemática constitucional. Ao completar 20 (vinte) anos de idade, Joana foi acusada de ter praticado um crime na China, o que a levou a fugir para o território brasileiro, onde fixou residência permanente. Dois anos após a sua chegada, o Estado chinês requereu a sua extradição. Na situação descrita, é correto afirmar que Joana:

- (A) é brasileira nata e não pode ser extraditada.
- (B) é estrangeira e pode ser extraditada, salvo se optar pela nacionalidade brasileira.
- (C) era brasileira nata, mas deixou de ostentar essa condição, pois, ao atingir a maioridade, nenhum de seus genitores tinha a nacionalidade brasileira.
- (D) pode requerer sua naturalização como brasileira, o que obstará sua extradição, salvo se o crime praticado for o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.
- (E) pode requerer sua naturalização como brasileira, o que não obstará sua extradição, qualquer que seja o crime praticado em momento anterior ao seu requerimento.

Questão 14

O prefeito do Município Alfa encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei dispendo sobre os requisitos para a concessão de licença para tratamento de saúde aos servidores públicos. Com o objetivo de atender aos anseios dessa categoria, a Câmara Municipal aproveitou a boa relação entre os partidos políticos e aprovou uma emenda aditiva que incluía um novo artigo no projeto, concedendo, aos servidores públicos municipais, um aumento de remuneração. O projeto aprovado foi devidamente sancionado pelo prefeito municipal. Desse processo legislativo resultou a promulgação da Lei Municipal nº XX/2020. À luz dessa narrativa, a parte da lei decorrente da emenda aditiva aprovada pela Câmara Municipal é:

- (A) constitucional, pois a Casa Legislativa tem competência para legislar sobre a matéria;
- (B) constitucional, pois, além de a Casa Legislativa poder legislar sobre a matéria, a sanção supriu o vício de iniciativa;
- (C) inconstitucional, pois a Câmara Municipal não pode aprovar emendas em projetos de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo;
- (D) inconstitucional, pois os vencimentos dos servidores públicos não são aumentados por meio de lei, mas, sim, mediante decreto do prefeito municipal;
- (E) inconstitucional, pois a emenda não guarda pertinência temática com o projeto original, de iniciativa privativa do prefeito, o que não é suprido pela sanção.

Direito Administrativo e Gestão Pública**Questão 15**

Um município pretende adquirir material de escritório cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação a ser adotada é

- (A) o pregão, com critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- (B) o pregão, com critério de julgamento de melhor técnica ou de técnica e preço.
- (C) a concorrência, por ser a modalidade obrigatória para a aquisição de bens.
- (D) o diálogo competitivo, por se tratar de objeto com especificações usuais de mercado.
- (E) a tomada de preços, em razão do valor estimado da contratação.

**Questão 16**

Para estabelecer seu objeto, o contrato administrativo se vale tanto de cláusulas obrigatórias quanto exorbitantes. Com o exposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que indica um exemplo de cláusula exorbitante em um contrato administrativo.

- (A) Apresentação das garantias para assegurar a plena execução do contrato, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento.
- (B) Modificação unilateral por parte da Administração para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (C) Apresentação da legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos
- (D) Apresentação do preço e das condições de pagamento, dos critérios, da data-base e da periodicidade do reajustamento de preços e dos critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (E) Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

Legislação Estadual e Institucional**Questão 17**

Nos termos da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 23.213/2026), assinale a afirmativa correta sobre a direção e a hierarquia da instituição.

- (A) A Polícia Civil é dirigida por Delegado de Polícia de qualquer classe, nomeado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (B) Entre ocupantes do mesmo cargo, a antiguidade na carreira prevalece sobre a hierarquia da função.
- (C) A Polícia Civil é dirigida por Delegado de Polícia, em atividade e da classe mais elevada, nomeado pelo Governador do Estado.
- (D) A precedência hierárquica da carreira de Delegado de Polícia sobre as demais só é observada nas unidades por ele chefiadas.
- (E) A Polícia Civil exerce as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, inclusive as militares.

Questão 18

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, que estrutura as carreiras da Polícia Civil do Paraná, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para o cargo de Agente de Polícia Judiciária exige-se curso superior completo em Direito.
- (B) Para o cargo de Delegado de Polícia exigem-se o bacharelado em Direito e dois anos de atividade jurídica, comprovados na inscrição.
- (C) Para o cargo de Delegado de Polícia exigem-se o bacharelado em Direito e três anos de atividade jurídica ou policial, comprovados até a posse.
- (D) Os cargos de Agente de Polícia Judiciária e de Papiloscopista Policial são de nível médio e de natureza administrativa.
- (E) O Agente de Polícia Judiciária ingressa na 4ª Classe, Nível I, da carreira.

Direitos Humanos**Questão 19**

Helena foi vítima de grave violação de direitos humanos praticada por agentes do Estado brasileiro. Esgotados os recursos internos sem reparação, ela pretende levar o caso ao sistema interamericano de proteção.

Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que Helena

- (A) pode submeter o caso diretamente à Corte Interamericana, desde que representada por advogado.
- (B) pode peticionar à Comissão Interamericana somente por meio do Ministério Público Federal.
- (C) deve apresentar a denúncia ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, que a encaminhará à Corte Interamericana.
- (D) pode apresentar petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mas não pode submeter o caso diretamente à Corte Interamericana.
- (E) pode peticionar à Comissão Interamericana a qualquer tempo, sem prazo contado da decisão interna definitiva.

**Ciências Forenses****Questão 20**

Na perícia necroscópica de vítima encontrada em ambiente fechado, com aquecedor a gás em funcionamento, a suspeita de intoxicação por monóxido de carbono é reforçada pelo achado de

- (A) lívres de coloração vermelho-carmim, pela formação de meta-hemoglobina.
- (B) lívres de coloração azul-escuro, pela formação de oxi-hemoglobina.
- (C) lívres e mucosas de coloração vermelho-carmim, pela formação de carboxi-hemoglobina.
- (D) ausência de rigidez cadavérica, porque o monóxido de carbono impede a sua instalação.
- (E) cogumelo de espuma nas narinas e na boca, característico dessa intoxicação.

RESONANCE
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS



Folha de respostas

Código PCPR-DL-2201-5110 · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.